

Relações diplomáticas entre estados unidos e américa latina: hegemonia, protagonismo e autonomia.

Breno Giroto Campos¹

TULCHIN, Joseph S. *América Latina X Estados Unidos: Uma Relação Turbulenta*. São Paulo: Contexto, 2016. 272p.

Joseph S. Tulchin é PhD em história pela Universidade de Harvard. Especializou-se em história da América Latina, especificamente história da Argentina. Foi professor das Universidades de Yale e Carolina do Norte. De 1989 a 2005, dirigiu o Programa Latino-Americano do Woodrow Wilson International Center for Scholars em Washington. Suas principais áreas de atuação são política externa dos EUA, relações interamericanas, América Latina contemporânea, planos estratégicos e metodologia de pesquisa em ciências sociais.

O livro, dividido em sete capítulos, tem o objetivo de analisar as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a América Latina desde os processos de independência até os dias atuais. O autor se preocupa em descrever o surgimento do protagonismo dos EUA no século XIX e da sua hegemonia na virada do século XIX para o XX e como as nações latino-americanas lidaram com essa hegemonia. Outro objetivo de Tulchin é explicar como a relação conflituosa entre Estados Unidos e América Latina dificultaram e ainda dificultam a criação de uma comunidade coesa no hemisfério.

No primeiro capítulo, intitulado "Do Império à Independência", Joseph Tulchin explora a diferença entre a América Latina e os Estados Unidos no processo de independência e como esta diferença foi providencial para definir a posição ocupada por eles no plano internacional. O autor inicia explanando que mesmo as colonizações destas regiões foram conduzidas de forma distinta, enquanto a colonização espanhola expandiu seus domínios por grande parte do continente, teve o auxílio da igreja católica e tinha um projeto colonial definido, a colonização inglesa se restringiu a se estabelecer na América do Norte, não tendo a presença de uma igreja oficial, atribuindo um senso maior de autonomia a seus colonos.

¹ Mestrando em história pela UNESP/Assis.

Enquanto as colônias norte-americanas tinham maior autonomia e se integravam em unidades territoriais maiores e interligadas, a administração espanhola impedia o controle e fortalecimento dos cabildos, estruturas administrativas locais da América espanhola, e estas características se refletiram nas lutas pela independência de cada região.

A questão da diplomacia e relação internacional está presente nos Estados Unidos desde suas guerras de independência. George Washington tinha em mente que todos os povos têm interesses e as discussões sobre política externa continuaram durante os primeiros anos dos EUA independente. Neste momento as discussões se voltaram para qual perspectiva diplomática a nova nação deveria adotar: uma postura idealista, ou seja, de diplomacia pública sem acordos secretos entre nações, ou uma postura realista, onde a política internacional é vista por uma ótica militarista de conflito e disputa pelo acúmulo de poder². Esta segunda perspectiva foi a que pautou a política externa norte-americana durante os dois séculos seguintes.

No capítulo dois, "Consolidação dos Estados-nações e o ímpeto imperialista", Tulchin trata como Estados Unidos e América Latina traçaram caminhos diferentes em relação a um protagonismo mundial e na constituição da hegemonia hemisférica. O autor rebate a tese de que os EUA construíram sua hegemonia sobre a América Latina a partir da Doutrina Monroe. Para ele, a grande diferença entre os norte-americanos e os latino-americanos nos assuntos internacionais é a posição que ambos buscavam firmar. Enquanto os países latino-americanos não buscavam territórios além de suas fronteiras, se envolvendo em alguns conflitos de litígio, os EUA tinham um projeto de expansão territorial por toda a América do Norte, tornando a diplomacia e as políticas públicas muito importantes para este empreendimento. Isso leva os EUA a darem uma atenção a seus vizinhos mais próximos, mas não deixavam de considerar a possibilidade de exercer influência em áreas mais distantes, mesmo tendo menor relevância³.

Apenas a partir do último quarto do século XIX surgem as primeiras iniciativas de protagonismo e raciocínio geopolítico nos principais países da América Latina, muito ancorado numa ideia de civilidade baseada em um ideal de progresso europeu, em particular

² Segundo LACERDA, a perspectiva realista surgiu em contraposição a perspectiva idealista, qual não tem um aparato teórico canônico, mas é baseada nas ideias de Immanuel Kant e seu livro *Paz Perpétua*, de 1795.

³ Neste momento as nações latino-americanas estavam preocupadas em consolidar suas independências e alcançar uma estabilidade política, suas atenções estavam voltadas para a defesa e talvez uma expansão de suas fronteiras, sem muito sucesso, seja pela falta de força dos Estado, seja por falta de consenso interno.

francês, visto pelos latino-americanos como o centro do mundo civilizado e grande representante da "raça" latina. Este sentimento também alimentou uma postura antiamericana, por acreditar que a América Latina por sua constituição multiétnica seria uma "raça" superior e uma alternativa ao materialismo da sociedade norte-americana.

No capítulo seguinte, "Ascensão da hegemonia dos EUA e resistência da América Latina", Tulchin aborda como os EUA se tornaram o poder hegemônico no hemisfério e as reações dos países latino-americanos com o crescimento de um sentimento antiamericano. Até a Primeira Guerra Mundial, os EUA não tinham doutrinas diplomáticas para a América Latina, o foco estava direcionado em conquista uma posição de destaque no cenário internacional. No entanto, no início do século XX, percebeu-se que para ocupar essa posição de destaque era necessário um ambiente estável, e para isso era necessário intervir, mesmo que diplomaticamente, nos países da região, principalmente no Caribe, local que ainda sofria forte influência de países como França e Inglaterra. Dessa forma, o Corolário Roosevelt surgiu como uma maneira dos EUA intervir e controlar os interesses das nações civilizadas na região. Esta postura apenas aumentou a aversão aos norte-americanos na região, principalmente no período entre guerras, onde os EUA despontaram como força hegemônica global.

No capítulo intitulado "Guerra Fria no hemisfério", o autor explora a relação entre EUA e América Latina no contexto do temor norte-americano de uma intervenção comunista no hemisfério. Com a polarização das forças globais, agora mais do que nunca, a instabilidade da América Latina representava um grande perigo para os EUA. E para evitar uma intervenção soviética no Continente, os norte-americanos deveriam se adiantar e espalhar seus valores pela região. É neste período que surge diversos programas voltados para a América Latina, como o Fundo Fiduciário de Progresso Social do presidente Dwight Eisenhower, e a Aliança para o Progresso de John Kennedy. Esses programas trabalhavam com a ideia de que a fome e o subdesenvolvimento geravam instabilidade social e levavam ao comunismo, enquanto que o desenvolvimento econômico fortalecia o Estado na luta contra a subversão.

Mas além de programas sociais, o temor da subversão no hemisfério levou os EUA financiarem intervenções políticas e golpes militares na região, em muitos casos não diferenciando governos reformistas e progressistas de radicais subversivos, o que levou ao fortalecimento de oligarquias reacionárias e conservadoras, legitimando governos que

reduziam espaços de contestação e reprimiam organizações que lutavam por justiça social. A política em toda América Latina durante as três primeiras décadas da Guerra Fria foi instável e polarizada, com uma forte tendência ao esfacelamento da democracia e à ascensão de regimes militares legitimados por setores da sociedade civil.

O vínculo entre intervencionismo agressivo dos EUA e as restrições das liberdades individuais impostas pelas ditaduras militares provocou um ódio e sentimento antiamericanista disseminados por toda região. Este sentimento era fruto das intervenções como as que possibilitaram a família Somoza governar a Nicarágua por duas gerações, o apoio aos governos de Rafael Trujillo na República Dominicana e Fulgência Batista em Cuba e as deposições de Salvador Allende no Chile e João Goulart no Brasil. Perante este cenário, a Revolução Cubana em 1959 se tornou um símbolo e desejo para todos os países da América Latina de enfraquecer a hegemonia dos EUA.

Em "Depois da Guerra Fria: o otimismo prevalece", Joseph Tulchin aborda o problema da relação entre EUA e América Latina em um contexto de Nova Ordem Mundial, onde o debate internacional estava dividido entre *realistas*, que consideravam o mundo em uma ordem unipolar liderados pelos EUA, e *institucionalistas*, também conhecidos como *liberais idealistas*, que entendiam que após a Guerra Fria surgia um grande número de atores em todas as regiões que não estavam dispostos a aceitar a hegemonia política dos EUA.

Mesmo que a ordem da comunidade internacional permanecesse indefinida, a sensação era de que a mudança ainda perdurava. Na América Latina essa sensação perdurava porque acompanhou a transição para a democracia em diversos países. E por mais que a consolidação da democracia tenha demorado na região, ninguém negava a chegada de uma nova ordem e nem queriam regredir a velha ordem de autoritarismo e intervenção proporcionada pelos EUA. A sensação era de que com o fim da Guerra Fria, as nações da América Latina tinham espaço e relevância no cenário internacional e que o jogo de poder de soma zero imposto pelos EUA durante a guerra não era mais sustentado.

No sexto capítulo, "Fim da hegemonia e a evolução do protagonismo, é abordado a configuração do poder na região pós fim da hegemonia dos EUA, que decide adotar uma nova postura diplomática durante o governo Obama. Mas Tulchin alerta que embora o fim da Guerra Fria tenha aberto novas possibilidades de protagonismo e maior autonomia para a América Latina, poucos países se empenhavam na construção e nos debates

relativos à comunidade internacional que poderiam ajudar a criar. A América Latina combatia três questões neste novo século: como estabilizar sua matriz institucional na qual uma política externa forte poderia ser formada; definir qual a natureza de sua política externa; e por fim, de que forma estes países deveriam exercer seu protagonismo na comunidade internacional.

Na segunda década do século XXI, o regionalismo surgiu como uma forma de construir uma comunidade latino-americana que se oporia à hegemonia americana. No entanto, a única iniciativa expressiva nestes sentidos partiu de Hugo Chávez e sua determinação de alcançar o *socialismo do século XXI*. Se baseando na figura de Simon Bolívar, Chávez propôs a criação da *Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América*, projeto que se tornou possível por conta de eleições de presidentes progressistas na região, como Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua, Rafael Correa no Equador, Lula no Brasil, dentre outros. A Aliança surgiu com um forte senso antiamericano e com objetivo de atacar a hegemonia dos EUA sobre o hemisfério. No entanto, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 reforçaram a política unilateralista hegemônica dos EUA. A América Latina não considerava o terrorismo uma ameaça para a segurança nacional, e por mais que a maioria dos países da região concordavam em dar suporte técnico aos EUA, a região condenou as invasões ao Afeganistão e Iraque.

No sétimo capítulo, "Protagonismo pós-hegemonia: ordem ou desordem", o autor analisa a relação entre EUA e América Latina nos últimos anos, durante o governo de Barack Obama, que buscava novas resoluções articulações para a política externa. Obama deixou claro que seu governo prezaria pelo multilateralismo, abandonando o unilateralismo do governo de George W. Bush, e pela busca de parceiros para solucionar problemas comuns. Sua política para a América Latina sinalizava mudanças na relação entre EUA e Cuba, reformas na imigração e uma nova abordagem na política de drogas em geral. Chamada de *Doutrina Obama*, esta abordagem consistia em um engajamento com todos os Estados, inclusive antigos inimigos como Cuba. Era a percepção de que os EUA ganhariam mais com o fortalecimento de comunidades baseadas em regras.

No entanto, esta busca por parceiros tem sido um ponto complicado para a administração Obama, muito por conta dos anos de unilateralismo militarizado dos EUA, seja durante a Guerra Fria, seja durante o governo Bush, que levou estes países a concluir que seria mais vantajoso alianças com outros países em vez de seguir as pautas norte-americanas. Mas Tulchin acredita que este não é o caminho que as nações latino-americanas devem seguir

em busca de um protagonismo internacional. A criação de novas organizações regionais, como a CELAC⁴ e a UNASUL⁵, talvez seja o caminho para estas nações, fortalecendo a comunidade hemisférica e buscando alianças com os EUA.

Em "América Latina x EUA: uma relação turbulenta" Joseph Tulchin defende dois argumentos. O primeiro de que todas as nações do mundo têm capacidade de serem protagonistas e terem posições de destaque em âmbito internacional. A questão que estas nações devem lidar é como fazer isso. E o segundo argumento é de que a relação entre EUA e América Latina é muito importante. E mesmo que historicamente seja uma relação de hegemonia do primeiro perante o segundo, a perspectiva vindoura é de que a América Latina tem maior liberdade e autonomia para traçar seus caminhos no cenário internacional e para isso é necessária uma diplomacia com os EUA, deixando de lado o histórico conturbado desta relação.

Referências bibliográficas

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. Barcelona: Crítica, 1990. vol.1.

LACERDA, Gustavo Biscaia. "Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo, grocianismo. Revista Intersaberes". Curitiba, vol. 1, n. 1, p. 56-77, jan-jun. 2006.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

⁴ Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos.

⁵ União de Nações Sul-Americanas.